

# **Socioambientalismo e os novos mercados na Amazônia: estudo de caso com pequenos agrupamentos populacionais**

Resultado de investigação finalizada

GT 27 : Sociologia Econômica

Edila Arnaud Ferreira Moura,  
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal do Pará, UFPA

Ana Claudeíse do Nascimento,  
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, IDSM

Dávila Suelen de Souza Corrêa,  
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, IDSM

## **Resumo**

A análise identifica os atores sociais que integram o campo socioambiental que foi composto na intercorrência de políticas de intervenção socioambiental e de promoção do desenvolvimento sustentável para pequenos agrupamentos populacionais que habitam em território regulamentado como uma unidade de conservação de uso sustentável, em 1990, localizada na Amazônia brasileira, região do Médio Solimões, Amazonas. A partir de estudo com domicílios amostrais são apresentados dados sobre a variação nas fontes de renda familiar, poder de compra e padrões de consumo relativos ao período de 2001 a 2006. Como instrumento de avaliação das mudanças sociais é apresentado o Índice de Desenvolvimento Social construído com indicadores de renda, escolaridade e organização social que identifica a acentuada diferenciação socioeconômica entre as localidades.

**Palavras- Chave :** Socioambientalismo – populações rurais – mercado ecológico

## **1. Socioambientalismo e as novas relações com o mercado**

Os movimentos socioambientais que ocorreram na Amazônia a partir da década de 1980 colocaram em evidência o etnoconhecimento das populações tradicionais e a reprodução social de sistemas de propriedade comum dos recursos naturais, que acontece mesmo com a intensificação das formas de ocupação capitalista dos espaços amazônicos (Moura e Castro, 2012). Na continuidade das questões apresentadas no transcorrer dos diversos enfrentamentos ambientais ficou registrado o reconhecimento político de que as populações tradicionais amazônicas, protagonistas de projetos próprios, se tornaram importantes agentes aliados à causa da conservação ambiental. Pela forma como fazem uso dos recursos da natureza, respeitando os ciclos da vida e valorizando os processos reprodutivos (Geertz,1986; Castro,1997), essas populações, no contexto de novas situações (Bourdieu,2004), foram promovidas à condição de importantes agentes de uma nova forma de desenvolvimento social que confronta a sociedade moderna em diferentes dimensões (Moura e Castro, 2012).

Ao longo das últimas três décadas pequenos agrupamentos populacionais no interior da floresta amazônica, que ao longo de sua história tiveram relações com o mercado onde prevalecia o sistema de exploração pelo aviamento/patrão, são envolvidos em projetos que aparentemente renovavam as utopias sociais para essas populações na medida em que acenavam com possibilidades não apenas de maior reconhecimento político, mas, também com as oportunidades de continuarem vivendo com mais

conforto e bem estar no ambiente da floresta protegida. As recentes mudanças são parte de um processo estruturante (Bourdieu, 2004) e complexo, por redefinir lugares, identidades, relações e processos (Moura e Castro, 2012). Nesse contexto, evidenciam-se o acesso a novas formas de mobilidade, no espaço e tempo, das populações tradicionais que passaram a se confrontar com outras racionalidades políticas e econômicas e a usufruir das facilidades das modernas tecnologias (Escobar, 1997; Álvarez, Dagnino e Escobar, 1998; Moura e Castro, 2012). Esta modernização está associada também à ampliação do reconhecimento dos seus direitos sociais (Castro, 1997). Esse processo transcorre em um campo de disputas sociais e de redefinição de relações com o mercado que agora incorpora os cuidados com a preservação dos recursos naturais, com as simbologias do mercado ecológico e reúne os elementos característicos do que tem sido identificado por alguns autores como um processo de modernização ecológica (Lensl, 2006; Acselrad, 2004; Blowers, 1997; Spaargaren e Mol, 1992). As dinâmicas sociais decorrentes desses processos evidenciam a construção de várias formas de reorganização de significados sociais e de condições de participação e autoexclusão nos sistemas de distinções sociais (Moura, 2007).

Neste estudo apresentamos uma análise dos diversos processos em curso relativos à participação de pequenos agrupamentos populacionais localizados em um território redefinido como unidade de conservação de uso sustentável situado na região do Médio Solimões, estado do Amazonas. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, RDSM, criada em 1990, por decreto estadual, tornou-se referência mundial entre os projetos de conservação ambiental com empoderamento dos moradores locais em processos de gestão coletiva desde sua criação, seja pela extensão de sua área ser caracterizada como a maior área de proteção de várzea do mundo e assim reconhecida pelas entidades internacionais de conservação da biodiversidade, seja pelo volume expressivo de estudos produzidos sobre as dinâmicas biológicas e sociais desse ambiente ainda pouco conhecido cientificamente, seja pelos resultados considerados até o presente como relevantes à proteção ambiental com melhoria na renda monetária familiar dos habitantes desses lugares. A várzea de Mamirauá está situada em uma região de reduzida integração aos programas desenvolvimentistas para a Amazônia desencadeados na década de 1970 e que privilegiaram a ocupação das terras por empreendimentos agropecuários e de exploração madeireira. Por isso, esse território é marcante pela exuberância da floresta alagada amazônica, com características de impressionante diversidade de recursos pesqueiros, madeireiros e não madeireiros (Moura, 2007).

Ao longo desses anos até o presente os moradores das 207 localidades distribuídas em mais de 1.200.000 hectares de floresta alagada tem vivenciado formas diferenciadas de participação política, de negociações com o mercado, de acesso a inovações tecnológicas nos processos produtivos e de ampliação de oportunidades de obtenção de renda monetária. Em 2011 a população de moradores da área interna e de seu entorno correspondia a cerca de 11.000 moradores distribuídos em pequenos agrupamentos populacionais que variam de 1 a 36 domicílios, localizados sempre em frente a um rio, paraná ou lago, que integram a variedade dos corpos d'água desse ecossistema de várzea (Moura, Nascimento e Correa, 2013).

Para este estudo nos utilizamos de várias fontes de informação para situar a análise. Em primeiro lugar é apresentada a configuração do campo de forças sociais composto desde o processo de efetivação da unidade de conservação, que envolve atores locais, de agências governamentais e não governamentais. Com base em dados censitários coletados em toda a extensão da unidade de conservação são apresentados indicadores de escolaridade, de renda e de formas de organização social que contribuíram para a construção do índice de desenvolvimento social que mensura as diferenças sociais entre os agrupamentos populacionais. Dados socioeconômicos coletados em domicílios para os anos de 2001 (n=79), 2006 (n=90) e 2011 (n= 263) em localidades amostrais selecionadas de forma a representar as diferenças socioambientais identificam as variações nas fontes de renda, na renda média familiar, no poder de compra e nos itens de consumo doméstico dessas populações.

## **2. As estratégias para o desenvolvimento sustentável e os campos das intervenções socioambientais.**

O termo desenvolvimento sustentável foi incorporado progressivamente às políticas sociais a partir do final do século XX para qualificar formas de intervenção social que teriam por objetivo minimizar os efeitos perversos das políticas desenvolvimentistas que priorizaram o crescimento econômico e que desconsideraram a possibilidade de exaustão dos recursos naturais e suas conseqüências para o futuro da humanidade. Apesar de sua fragilidade conceitual, essa denominação enfatiza a preocupação com as gerações futuras, os compromissos sociais com dimensões planetárias e componentes éticos de justiça social. Com o *slogan* de promover a eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica, o ideal de um “desenvolvimento sustentável” acena favoravelmente à institucionalização de ciências multiculturais alternativas à ciência moderna e à reinvenção de propostas de desenvolvimento com emancipação social (Santos, 2002), com a configuração de um amplo campo de novos desafios aos produtores de conhecimento científico e aos gestores de ações de desenvolvimento social (Moura, 2007).

A proposta do desenvolvimento sustentável traz novas questões para as análises sociológicas. Se por um lado, a construção do modelo é uma forma de dar continuidade aos projetos desenvolvimentistas, com um formato mais humanizado, como ironiza Rist (2001), ou como uma reestruturação dos propósitos hegemônicos das estruturas do mercado capitalista, como defendem Fernandes e Guerra (2003), entre outros, por outro lado, esse modelo também impulsionou a participação social com ampliação dos canais sociais de manifestação a favor dos direitos sociais trazendo uma nova dinâmica aos processos sociais (Moura e Castro, 2012).

No processo que caracteriza ações direcionadas à conservação ambiental e a promoção da qualidade de vida os moradores desses agrupamentos populacionais foram envolvidos em um campo de forças sociais que se formou orientado pelos modernos modelos de intervencionismo negociado, com tutela administrativa por ocuparem uma área de domínio público na condição de área de várzea de uma unidade de conservação de uso sustentável (Moura e Castro, 2012). Esses campos e seus respectivos agentes, conforme análise apresentada por Moura (2007), podem ser representados pela figura a seguir:



Figura 1. Campos sociais e respectivos agentes sociais na composição do conjunto de intervenções socioambientais relativas ao projeto de desenvolvimento sustentável para as localidades da RDSM. 2006. Fonte: MOURA, 2007

### 3. O campo social do mercado ecológico

Conforme estudo feito por Moura (2007) muitas das situações que são criadas com a modernização ecológica referem-se à formulação de novos processos estruturantes de relação com o mercado, em especial com o “mercado ecológico”. Esse “mercado ecológico” se caracteriza por relações comerciais onde ocorre uma agregação de valor aos produtos originados de áreas protegidas e que foram produzidos mediante o acatamento de normas de proteção ambiental, com formas de controle da produção mais sofisticadas, e que no caso da produção camponesa na RDSM são externos aos sistemas locais. As organizações produtivas são orientadas por novos códigos de conduta individual e coletiva em relação ao uso dos recursos naturais (Lopes, 2004). Como essas trocas acontecem em um campo de relações sociais bastante assimétricas, a participação nesse mercado tende a impulsionar novos processos de intensa diferenciação social entre esses produtores rurais (Moura, 2007).

A participação do “campesinato da várzea” da RDSM nesse mercado ecológico se processa com: a) a formulação de novas normas de organização da produção e comercialização nos planos formais das associações comunitárias; b) o aumento do ritmo de trabalho, dos tipos de ocupação e da diversidade dos produtos apresentados ao mercado; c) a incorporação de novos conhecimentos aos processos produtivos, principalmente a gestão contábil; d) a ampliação das redes de comercialização dos produtos; e) as negociações com as instituições governamentais ambientais para adequar as exigências legais na emissão das licenças ambientais para a comercialização dos produtos às características ambientais da várzea; f) tentativas de conciliação das inovações produtivas e mercantis com as formas tradicionais de produção e comercialização nas diversas situações apresentadas (Moura, 2007).

As atividades econômicas dessas populações dependem do acesso direto aos recursos naturais pesqueiros e florestais, desenvolvidas em sistema de produção familiar com uso de tecnologias rudimentares, sem acesso continuado à energia elétrica e com relações de troca no mercado variando em intensidade e valor conforme o distanciamento dos principais centros urbanos.

No conjunto de inovações sociais decorrentes dos esforços institucionais, governamentais e não governamentais, para favorecer práticas de conservação ambiental e de promoção social, destacam-se os investimentos feitos nas ações para o manejo sustentado dos recursos naturais, com grande destaque para o manejo da pesca, em especial do pirarucu que tem grande valor comercial na região e no mercado nacional, ecoturismo de base comunitária, exploração da madeira e de produtos não madeireiros. As ações foram implementadas em projetos de natureza experimental, em agrupamentos populacionais selecionados por apresentarem características de boas respostas ao investimento, e em uma área delimitada na extensão total da RDSM. Essa estratégia interferiu de diferentes formas nos processos de participação social no decorrer dos anos.

Conforme observado por Bezerra (2012) os benefícios econômicos advindos dos produtos da biodiversidade negociados no mercado são parte do paradigma do manejo participativo como expresso na experiência da RDSM. Sejam eles pesqueiros, florestais ou mesmo a experiência “ecoturística”, tais produtos resultaram em ganhos econômicos, e tais ganhos de certa forma ajudam a promover uma associação entre a economia e a conservação da biodiversidade. Os sistemas de manejo participativo, resultados e resultantes de normas de uso, controle social, conflitos e negociações, só se estabeleceram porque ganharam valor na economia de mercado (2012,p. 34).

#### **4. Mudanças nas fontes de renda, poder de compra, padrões de consumo e nos níveis de escolaridade.**

A participação no mercado ecológico, conforme relatada acima, garantiu novas fontes de renda às famílias locais com destaque para formas assalariadas de trabalho e de prestação de serviços, como auxiliares de pesquisas de campo e de diaristas nas áreas que passaram a atender ao programa de ecoturismo de base comunitária. Os produtos que passaram a circular no mercado ecológico, oriundos de processos de manejo sustentado dos recursos foram em grande parte subsidiados pelos investimentos institucionais que garantiam as capacitações da equipe, agentes de comercialização com mercados mais distantes e as resoluções nos trâmites burocráticos para obtenção das licenças ambientais, entre outros. Nessas condições de trabalho, se por um lado houve um considerável aumento na renda média familiar, como apresentado na tabela 2 a seguir, por outro lado os produtores locais tiveram um aumento de tempo nas tarefas produtivas e nos processos de negociação para a comercialização dos produtos.

É, no entanto, com a implementação de programas nacionais de transferência de renda a partir de 2004 e de outros programas de benefícios sociais e ambientais como o Bolsa Floresta, maior extensão das políticas do defeso às populações ribeirinhas entre outros, que ocorre uma reversão na composição da renda familiar, conforme é apresentado na tabela 1 abaixo. Os dados mostram que em 2011, dentre os domicílios estudados, 68% da renda familiar era decorrente desses benefícios sociais, com grande redução proporcional da renda proveniente de salários e prestação de serviços.

Na tabela 2, abaixo, apresentamos os valores da renda média familiar em dados comparativos referentes aos anos de 2001,2006 e 2011, com base em coleta feita em domicílios amostrais em localidades que foram diretamente afetadas pelos programas de manejo dos recursos naturais e envolvidas mais diretamente com o mercado ecológico. Os dados são apresentados comparando com os valores do salário mínimo nacional para os respectivos anos. Os dados mostram que os valores da renda média dessas famílias esteve sempre superior aos valores do salário mínimo nesse período.

Tabela 1. Distribuição percentual (%) das fontes de renda familiar, em domicílios amostrais para os anos de 2001, 2006 e 2011.

<b>Fontes de renda</b>	<b>2001 N= 79 domicílios (%)</b>	<b>2006 N=90 domicílios (%)</b>	<b>2011 N= 239 domicílios (%)</b>
Produção (agricultura, extrativismo da pesca, madeira e produtos não madeireiros)	49	63	26
Salários e prestação de serviços	41	23	6
Benefícios Sociais (Bolsa Família, Bolsa Floresta e outros)	10	13	68

Fonte: Banco de dados socioeconômicos, Instituto de Desenvolvimento Sustentável IDSMM

Tabela 2. Valores da renda média familiar ao mês em comparação aos valores do salário mínimo nacional, domicílios amostrais da RDSM, anos de 2001, 2006, 2011 (R\$1,00)

<b>Valores (R\$1,00)</b>	<b>2001 N=79 domicílios</b>	<b>2006 N= 90 domicílios</b>	<b>% de variação da renda 2001-2006</b>	<b>2011(*) N=263 domicílios</b>	<b>% de variação da renda 2006-2011</b>
Renda média familiar ao mês	180	506	181	728	44
Salário Mínimo	180	300	67	510	70

(\*) Dados apresentados por Peralta, N. (2012)

Fonte: Banco de Dados Socioeconômicos do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-IDSMM e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE

Nos gráficos 1 e 2 a seguir são apresentadas informações sobre o poder de compra dessas famílias e a distribuição dos gastos mensais por itens mais consumidos ao longo do ano. O poder de compra das famílias foi mensurado a partir da relação entre os valores da renda média anual e os valores da cesta básica local, denominada localmente de “rancho” e que foi identificada pelos 10 itens mais frequentemente consumidos por esses moradores, registrados a partir de uma coleta mensal em domicílios amostrais ao longo de cinco anos de pesquisa. Os valores apresentados correspondem a uma medida que dimensiona quantas cestas básicas a renda média anual dessas famílias permitiria adquirir nos respectivos anos. O gráfico ressalta o aumento no poder de compra em todas as localidades, como também destaca o maior poder de compra da localidade de Jarauá em relação às demais localidades.

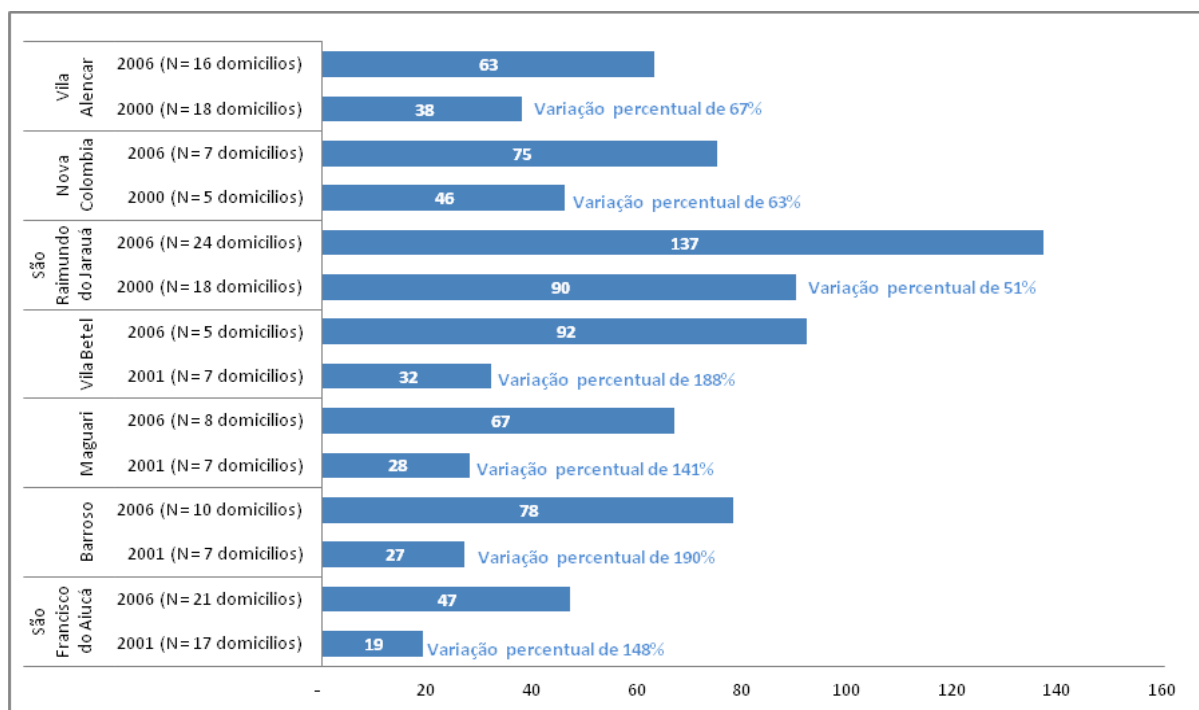


Gráfico 1. Variação percentual do poder de compra das famílias, domicílios amostrais para os anos de 2000 e 2006. Unidade de medida= número de cestas básicas que poderiam ser adquiridas ao ano por localidade.

No gráfico 2, a seguir, estão distribuídos os itens de despesa familiar mais frequentemente consumidos em sete localidades amostrais, relativos aos anos de 2001 e 2005. Os dados assim apresentados evidenciam o aumento da variação dos itens de despesa familiar em todas as localidades amostrais, com destaque para o crescimento nos itens de consumo relacionados ao patrimônio doméstico, equipamentos de trabalho e itens de consumo pessoal.

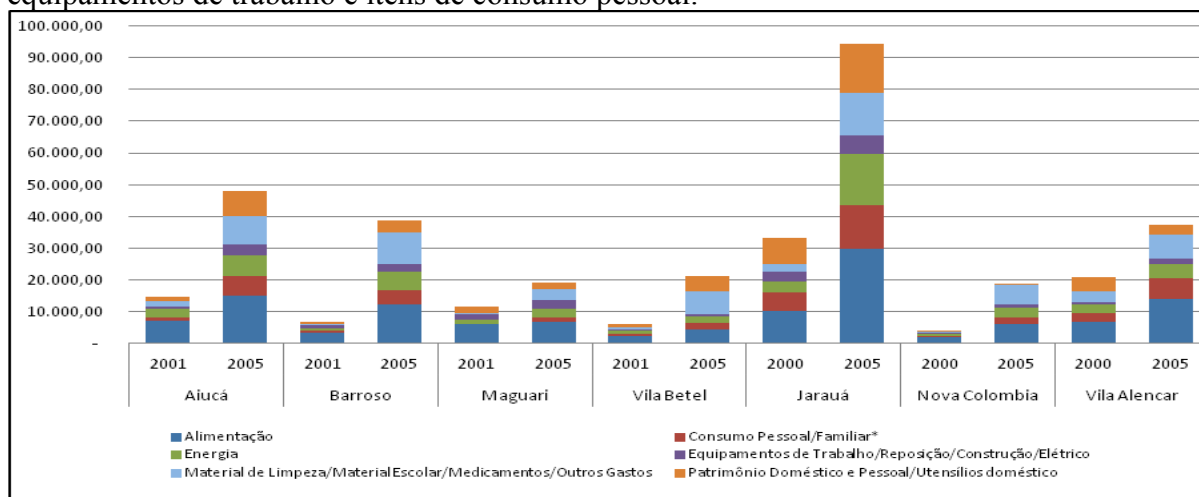
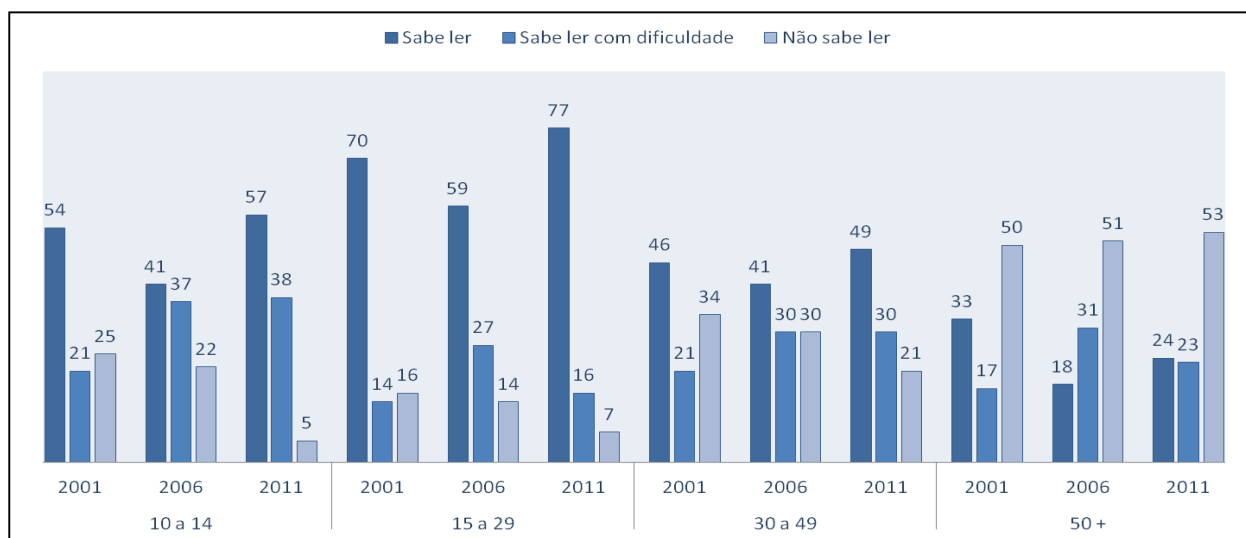


Gráfico 2. Distribuição dos gastos mensais por itens de despesa familiar ao ano. Valores em R\$1,00

No conjunto de dados sociodemográficos destacamos para análise aqueles relativos aos níveis de escolaridade da população por grupos de idade. A aferição do nível de escolaridade foi feita com aplicação de teste de leitura em população voluntária em todas as localidades da RDSM nos anos de 2001, 2006 e 2011. Os resultados estão apresentados no gráfico 3, a seguir, que evidencia a acentuada redução, em 20 pontos percentuais, no período de 2001 a 2011, daqueles que ainda não sabem ler na faixa de 10 a 14 anos de idade. No grupo etário de 15 a 29 anos essa redução também ocorreu de forma expressiva reduzindo de 16% para 7% a proporção de jovens que ainda não sabem ler. No entanto, mais de 50 % da população com 50 anos e mais ainda não sabe ler. Esses dados evidenciam um processo de maior acesso à escolarização para a população jovem.

Gráfico 3. Distribuição percentual (%) da população da RDSM, por grupos de idade, que sabe ler, sabe ler com dificuldade e não sabe ler, para os anos de 2001, 2005 e 2011.



## 5. Construindo indicadores de desenvolvimento social

A construção do Índice de Desenvolvimento Social - IDS foi feita com a preocupação de mensurar as características de cada localidade com o propósito de identificar as diversidades sociais entre elas e possibilitar o acompanhamento quinquenal das mudanças sociais a partir do ano de 2006. Os dados usados para a construção do índice foram obtidos no recenseamento sociodemográfico realizado com financiamento do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá-IDS (Moura, Nascimento, Valente, Correa, Farias, Silva, Miranda, 2012).

O índice compreende três dimensões, escolhidas pela sua implicância com as condições necessárias à promoção do desenvolvimento social, considerando as características das populações em foco. Essas dimensões são a dimensão econômica, a dimensão da escolaridade e a dimensão da organização social. O índice não contempla diretamente a dimensão saúde diante da impossibilidade de obtenção de dados fidedignos sobre as condições de saúde da população, a nível local, para que fossem considerados indicadores dessa situação. Cada dimensão agrega os respectivos indicadores convertidos em índices. O IDS corresponde à média aritmética desses índices.

Descrevemos a seguir as características de cada dimensão com seus respectivos indicadores.



## A dimensão econômica

Usualmente é a renda, per capita, ou familiar, o principal indicador da situação econômica das famílias. No entanto, é difícil o registro da renda domiciliar em condições econômicas onde a sobrevivência do grupo é resultado da obtenção, em sua grande parte, de uma renda não monetária e onde as relações monetárias não são registradas com o propósito de uma racionalidade contábil da economia doméstica. Diante dessas limitações, optamos pelo recurso de *proxies* que pudessem traduzir o padrão de consumo desses grupos domésticos tomando, nessa condição, o consumo de bens duráveis como um indicador econômico que retrata tanto as prioridades dos investimentos em equipamentos domésticos e/ou de trabalho como as diferenciações na relação com o mercado de consumo.

Essa metodologia foi definida com base nas seguintes constatações, resultantes das observações do comportamento econômico em todas as localidades estudadas ao longo de vários anos: a) a obtenção de uma renda não monetária na quase totalidade dos domicílios, resultante da possibilidade de acesso livre aos recursos naturais que garantem o alimento básico para o grupo familiar; b) há uma grande variabilidade anual na obtenção da renda monetária, decorrente da alta sazonalidade da produção para o mercado, chegando em alguns casos a 75%, o que dificulta bastante o registro da informação sobre renda média familiar anual com o recurso de uma coleta de dados de natureza transversal, como é o caso do levantamento sociodemográfico. Os informantes sempre manifestaram muita dificuldade, como não poderia deixar de ser, em precisar os ganhos monetários médios anuais; c) em todas as localidades há uma crescente circulação de dinheiro, decorrente dos programas de aposentadoria rural, dos programas de transferência de renda e da ampliação das relações com o mercado local com a inclusão dos denominados produtos sustentáveis no mercado nacional, entre outros. Essa maior circulação monetária está impulsionando o consumo dos chamados *bens duráveis* relacionados ao trabalho, lazer, conforto doméstico e cocção dos alimentos. Ao fazermos a opção pela identificação de *proxies* que retratam o acesso à renda monetária sem que, no entanto, possamos claramente identificar sua origem, estamos apostando na possibilidade de analisar as diferenciações sociais relacionadas às diferentes formas de obtenção da renda familiar.

A unidade de análise neste caso é o domicílio. Para a construção do índice econômico foram selecionados os seguintes indicadores de consumo relacionados por itens: a) equipamentos de trabalho: motor c/ rabeta, motosserra, forno de farinha, máquina de costura; b) lazer: televisão, DVD, rádio; c) conforto doméstico: cama, mesa com cadeiras, sofá, geladeira; d) cocção: fogão a gás. Esses indicadores foram selecionados tomando por base a nossa observação empírica no acompanhamento das prioridades de consumo das famílias em estudo na medida em que ocorre o aumento da renda doméstica. É importante ressaltarmos que um indicador relevante é a melhoria na habitação, mas, por dificuldades em operacionalizar esse indicador de forma objetiva ele foi excluído da análise. O índice está relacionado à média de domicílios por localidade que apresentam uma combinação desses equipamentos. Assim, aquelas localidades que apresentam um índice igual ou próximo a 0 são aquelas cujos domicílios apresentam, em média, o menor número desses equipamentos. E, aquelas que apresentam índices próximos ou igual a 1 são aquelas cujos domicílios apresentam, em média, a quase totalidade desses bens. O cálculo foi feito com base em análise multivariada.

## A dimensão escolaridade

O direito de acesso ao conhecimento e informação é uma das principais conquistas da sociedade democrática na medida em que é a principal via para o exercício da capacidade humana de tomada de decisões e de expressão das diversas possibilidades em solucionar seus problemas. A escolarização das pessoas, compreendendo os vários processos de desenvolvimento de habilidades da leitura e da escrita, é etapa fundamental para assegurar esse direito e condição essencial de promoção do desenvolvimento

humano e social. De uma forma geral esse processo ocorre no espaço das escolas e é regulamentado por um conjunto de medidas de políticas públicas que apresentam uma limitada presença nos pequenos agrupamentos populacionais rurais na região Amazônica.

Usualmente os indicadores da dimensão da escolaridade estão relacionados às taxas de analfabetismo e taxas brutas e líquidas de escolaridade que mensuram a capacidade de absorção da população em idade escolar pelo sistema de ensino considerando as variações por idade das pessoas em relação às séries da formação escolar. Esses indicadores são construídos tomando-se por base os sistemas estaduais de informação escolar, que consolidam as informações sem considerar a desagregação em relação aos pequenos agrupamentos populacionais onde tem escola dificultando, portanto, uma análise a esse nível. Ao longo dos nossos contatos com as localidades em estudo constatamos a precariedade e irregularidade das informações sobre a escolaridade da população, tanto ao nível da localidade quanto ao nível municipal. Por outro lado, era constante a referência dos informantes sobre o fato de que os filhos vão à escola, mas ainda não sabem ler, o que nos indica que os dados de taxa bruta de escolaridade são imprecisos como indicadores neste caso. Mediante essas constatações optamos como indicadores para a construção do índice da dimensão escolaridade a capacidade de leitura da população maior de 10 anos de idade e, especificamente, o indicador da população na faixa de 10-14 anos. Para isso, tomamos por base os testes de leitura aplicados voluntariamente em populações presentes no decorrer das visitas domiciliares para registro dos dados sociodemográficos no ano de 2006. Com base nos dados coletados foram obtidos os percentuais por grupos de idade e construído o índice, conforme especificado abaixo.

Na construção do índice decidimos dar maior peso à condição da escolaridade para o grupo de jovens. As razões para isso foram, em primeiro lugar, o fato de que o nível de escolaridade dos jovens reflete, com maior precisão, a situação geral do sistema de ensino nos últimos anos. Em segundo lugar, esses dados expressam as alterações na formação educacional da futura população adulta e suas possibilidades de inserção em outras atividades de trabalho considerando que as novas oportunidades são crescentemente seletivas de acordo com o nível de escolaridade das pessoas.

Índice de escolaridade:  $\frac{2}{3}$  (Índice da capacidade de leitura do grupo de 10-14 anos de idade) +  $\frac{1}{3}$  (Índice da capacidade de leitura do grupo de mais de 15 anos de idade). Neste caso, a unidade de análise utilizada para o estudo foi o indivíduo com mais de 10 anos de idade.

### **A dimensão organização social**

Uma das principais características dos processos de desenvolvimento social está relacionada à capacidade das populações em se organizarem socialmente o que significa um conjunto de esforços individuais para a celebração do bem estar coletivo. Nos pequenos agrupamentos populacionais esses esforços ganham uma dimensão específica na medida em que, por questões em grande parte de natureza demográfica, poucas pessoas assumem grande parte das responsabilidades na condução de resolução de problemas da coletividade. Outro fato importante a destacar é a crescente dependência da adequação dessas populações à formulação das políticas públicas regionais e nacionais para a continuidade do acesso aos recursos institucionais e financeiros para o atendimento às demandas educacionais, de saúde, de representação política e de participação no mercado na comercialização de produtos originários de uma unidade de conservação. Essas demandas ganham especial destaque quando associadas às formas de participação nos projetos relacionados ao desenvolvimento sustentável. De uma forma geral, o que está fortemente associado à construção de um ideal de população organizada é seu reconhecimento como entidade jurídica, o que é feito mediante a constituição de sua associação, com a definição de regimentos, estatutos e formas de representatividade e exercício dessa representatividade, o que significa também seu reconhecimento em relação à sua territorialidade nos limites da jurisdição municipal, sendo esta a unidade base de sua identidade jurídica. Essa pe uma

exigência para que os produtores possam comercializar os produtos manejados e terem participação ativa no mercado ecológico. É também a partir dessa condição, na configuração dos direitos constitucionais, que as demandas por educação, saúde, segurança social, redução da pobreza, entre outros, são dimensionadas.

Ao definirmos a dimensão da organização social dos pequenos agrupamentos populacionais como um dos elementos para construção do índice de desenvolvimento social tomou-se por referência as diferenciações sociais em relação a essa condição social.

Selecionamos como indicadores da organização social de cada localidade ter associação comunitária, ter escola, ter centro comunitário e ter agente de saúde. Essa escolha se justifica pelas seguintes constatações: a) ter associação comunitária é uma condição para que essa população possa ser reconhecida juridicamente e assim reivindicar a construção e manutenção de uma escola, instalação e manutenção de usina para fornecimento de energia elétrica para a localidade, participar de transações comerciais, entre outras ações; b) ter uma escola pública significa o resultado de um conjunto de negociações com a prefeitura para garantir a construção e funcionalidade da escola atendendo ao ensino fundamental e em alguns casos, para oferecer cursos a jovens e adultos; c) ter um centro comunitário indica o esforço coletivo para a construção de um espaço onde as expressões políticas e culturais da localidade possam acontecer; d) ter um agente de saúde significa que a localidade está inserida formalmente na rede de atendimento básico dos programas sociais de saúde, veiculados através das secretarias municipais de saúde.

Nesta dimensão a unidade de análise é a localidade. A construção do índice foi composta dando o mesmo peso a cada um dos indicadores, sendo assim distribuída a pontuação na distribuição de valores de 0 a 1, por localidade, para manter a comparabilidade com os outros índices:

Com base na distribuição dos índices específicos e índice de desenvolvimento social é possível fazer uma diferenciação por categorias de menor a maior índice, possibilitando assim melhores medidas comparativas. Assim, estabelecemos categorias de acordo com as respectivas pontuações, sendo o nível 1 o mais elevado e o nível 5 o mais baixo.

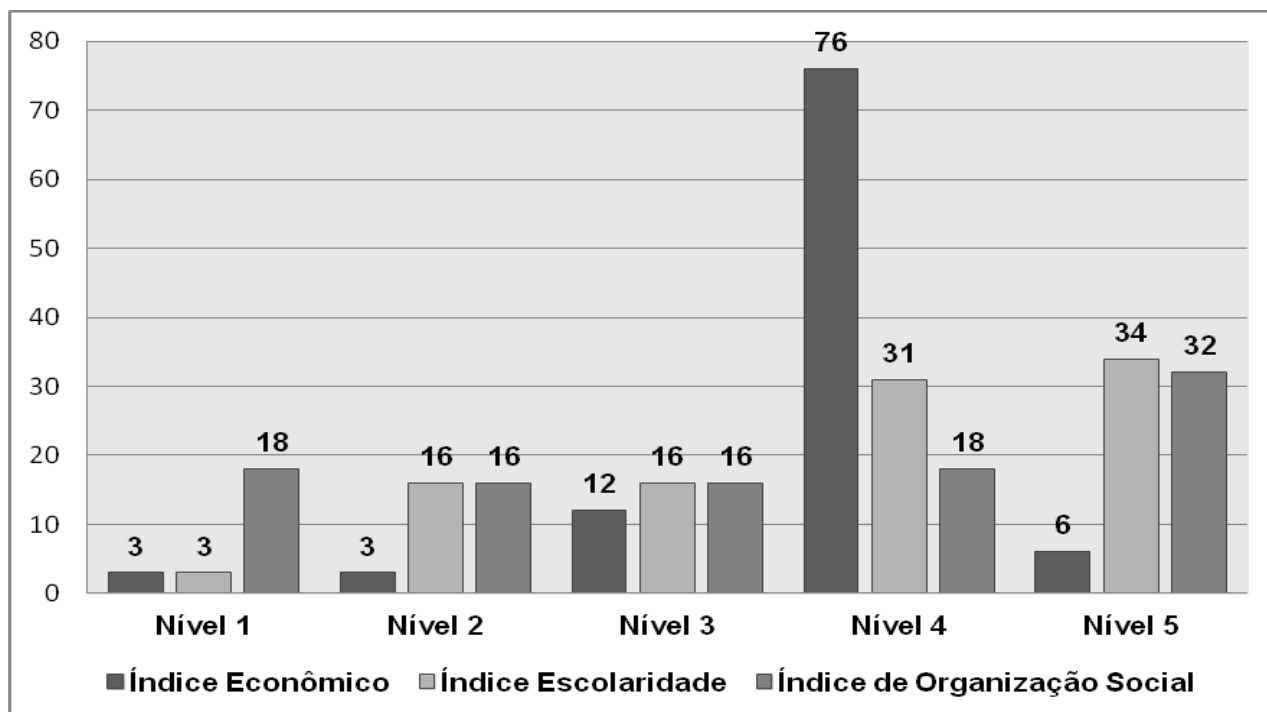


Gráfico 4. Distribuição % das localidades segundo os índices econômico, de escolaridade e de organização social, por agrupamentos sendo 1= o mais elevado nível e 5 = o mais baixo nível entre todas as localidades de moradores da RDSM, 2006.

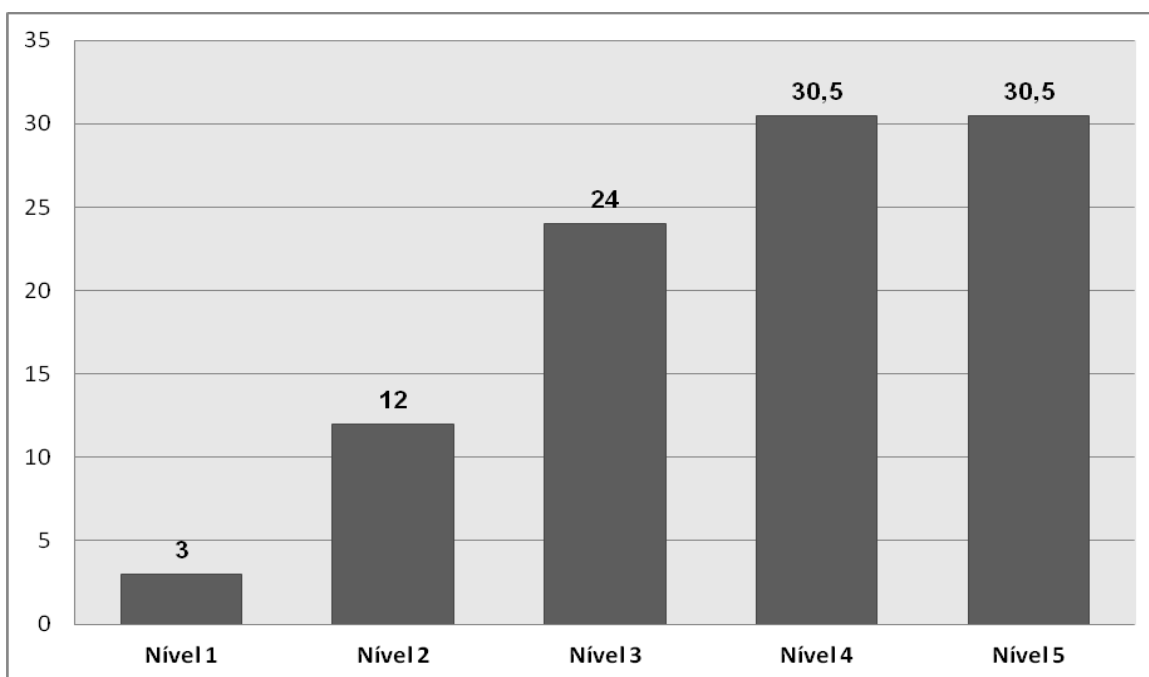


Gráfico 5. Distribuição % das localidades segundo o nível de desenvolvimento social, considerando 1 o mais elevado nível e 5 o mais baixo nível. N= 33 localidades de moradores da RDSM, 2006.

## Conclusões

Os pequenos agrupamentos populacionais situados no interior da floresta amazônica estão inseridos nas relações de mercado que também foram impulsionados com as dinâmicas do mercado ecológico. As políticas orientadas pela proposta do desenvolvimento sustentável são na realidade mais orientadas às dinâmicas do mercado do que às demandas sociais por melhores condições de vida. As recentes políticas de transferência de renda e de acesso a outros benefícios sociais contribuíram mais para o aumento da renda familiar dessas famílias do que a venda dos produtos manejados. Apesar dos aumentos na renda familiar a produção econômica ainda é feita com equipamentos de tecnologia rudimentar e com intensidade no uso dos esforços físicos. As populações jovens tem maiores oportunidades de acesso à escolaridade do que tiveram seus pais, mas grande parte da população adulta ainda não sabe ler.

## Referencias Bibliográficas

- ACSERALD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. IN: ACSERALD, Henri (Org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.
- ÁLVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.) Cultures of Politics of cultures: Re-visioning Latin American Movements. Boulder: Westview Press, NY, 1998.
- ATRIA, Raul, SILES, Marcelo, ARRAIAGADA, Irmã, ROBISON, Lindon e WHITEFORD, Scott (Orgs.). Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma. CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Michigan State University. Naciones Unidas: Santiago del Chile, 2003.
- BANERJEE, Subhabrata B. – Quem sustenta o desenvolvimento de quem? O desenvolvimento sustentável e a reinvenção da natureza. In: FERNANDES, M. e GUERRA, L. (Orgs.) Contra-discurso do desenvolvimento sustentável. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003, p.77-128.
- BEZERRA, Nelissa Peralta. “Toda Ação de Conservação Precisa ser Aceita pela Sociedade”: manejo participativo em reserva de desenvolvimento sustentável. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- BLOWERS, Andrew. Environmental Policy: Ecological Modernisation or the Risk Society? *Urban Studies*, Volume 34, (5&6) May, 1997: 845-871.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 5ª ed. Campinas: Papirus, 2004
- CASTRO, Edna. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira, Belém, *Novos Cadernos NAEA*, v. 10, n. 2, p. 105-126 (ISSN 1516-6481), NAEA/UFPA, dez. 2007
- CASTRO, Edna - Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia – Belém, *Revista Novos Cadernos NAEA*, v. 8, n. 2, p. 5-39 (ISSN 1516-6481), Belém, NAEA/UFPA, dez. 2005
- CASTRO, Edna Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: CASTRO, Edna, PINTON, Florence. *Faces do Trópico Úmido*. Belém, CEJUP, 1997
- ESCOBAR, Arturo. “Biodiversidad, naturaleza y cultura; Localidad Y globalidad em las estrategias de conservacion” *Colección El mundo Actual*. México, D.F: Uman/

Ciich, 1997

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel, (Organizadores). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.

GEERTZ, Clifford. *Savoir local, savoir global. Les Lieux du Savoir. Coll. Sociologie d'aujourd'hui*. Paris, PUF, 1986.

LENSL, C. L. Modernização Ecológica e a política ambiental catarinense. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSP*, 30: 117-139. Abril, 2006.

LOPES, José Sérgio Leite (Coordenador). *A ambientalização dos conflitos sociais. Participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política / UFRJ, 2004.

McGRATH, David G; GAMA, Socorro P.; CARDOSO, Alcilene; BENATTI, José Heder. Integrating Co-Management and Land Tenure policies for the sustainable management of the Lower Amazon Floodplain. In: *Simpósio Conservação e Desenvolvimento na Várzea: Aprendendo com o passado, construindo o futuro*. Manaus, 2006.

MOL, A. P. J. *Ecological modernisation around the world. Perspectives and Critical Debates*. London: Frank Cass, 2000.

MOUNIER, Pierre. *Pierre Bourdieu, une introduction*. Paris: Pocket. 2008.

MOURA, Edila. A. F. *Práticas socioambientais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

MOURA, Edila A. F e CASTRO, Edna. Mudanças Sociais e gestão ecológica em questão: a experiência de Mamirauá. *Revista Ambiente & Sociedade*, São Paulo v. XV, n. 2 ;p. 23-50 mai.-ago. 2012

Peralta, N.; Lima, Deborah. *DESENVOLVIMENTO RURAL, ECONOMIA DOMÉSTICA E SUSTENTABILIDADE NA RDS MAMIRAUÁ*. In: Livro de resumos do VIII Seminário Anual de Pesquisa do IDSM - Tefé: IDSM, 2011. P.38-39.

RIST, Gilbert. *Le Développement: histoire d'une croyance occidentale*. 2ª edição. Paris: Presses de Sciences Politiques, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5ª ed. Brasília: MMA/SBF.

SPAARGAREN, G, e MOL, A. *Sociology, Environment and Modernity as a Theory of Social Change*. In: *Society and Natural Resources*, v. 5: 323-344, 1992.